



DIÁRIO

da Assembleia da República

I LEGISLATURA

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1979-1980)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 24 DE JANEIRO DE 1980

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António Martins Canaverde

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Manuel Henriques Pires Fontoura
Bento Elísio de Azevedo
José Manuel Mala Nunes de Almeida
Manuel Baeta Neves

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 50 minutos.

Antes da ordem do dia. — Deu-se conta do expediente e da apresentação de requerimentos.

O Sr. Deputado Guerreiro Norte (PSD) fez uma intervenção sobre a importância da Universidade do Algarve para as gentes daquela província.

O Sr. Deputado Edmundo Pedro (PS) evocou o 18 de Janeiro de 1934 e teceu diversas considerações sobre o movimento sindical.

O Sr. Deputado Amândio de Azevedo (PSD) prestou homenagem ao Deputado constituinte Sr. Carlos Bacelar, recentemente falecido, à qual se associaram os Srs. Deputados Salgado Zenha (PS), Luís Catarinho (MDP/CDE), Naraña Coissoró (CDS), Vital Moreira (PCP), Ferreira do Amaral (PPM) e Adão e Silva (Indep.).

A Sr.^a Deputada Ilda Figueiredo (PCP) aludiu à repressão de que são vítimas os trabalhadores de algumas empresas da região do Porto. Respondeu no fim a um protesto do Sr. Deputado António Cabecinha (PSD).

O Sr. Deputado Mário Tomé (UDP) solidarizou-se com os presos do PRP em julgamento.

O Sr. Deputado Agostinho Domingues (PS) falou sobre as grandes linhas da política educativa do VI Governo Constitucional.

O Sr. Deputado Jorge Lemos (PCP) protestou contra uma notícia da RDP sobre os trabalhos da última sessão. Respondeu depois a um esclarecimento do Sr. Deputado Castro Caldas (PSD).

Ordem do dia. — Foi lido um pedido de inquérito parlamentar sobre o processo de importação de batata de semente para a campanha de 1978-1979, apresentado pelo PCP.

Foram autorizados os Srs. Deputados Medeiros Ferreira (Indep.) e Barrilero Ruas (PPM) a depor no Serviço de Coordenação da Extinção da PIDE/DGS e LP e no Tribunal Judicial de Cascais, respectivamente.

Aprovaram-se os I e II orçamentos suplementares da Assembleia da República para o ano de 1979.

Foi concedida urgência, com dispensa de exame em comissão, para a discussão da proposta de lei n.º 278/1 (concede ao Governo autorização para elaborar normas penais e de processo penal relativamente a actividades delituosas contra a economia nacional), proferindo declaração de voto os Srs. Deputados Carlos Lage (PS) e Vital Moreira (PCP).

O Sr. Ministro do Comércio e Turismo (Basílio Horta) informou da disponibilidade do Governo para esclarecer a Assembleia sobre a matéria contemplada naquele diploma.

O Sr. Presidente, anunciada a próxima ordem de trabalhos, encerrou a sessão às 12 horas.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vai proceder-se à chamada:

Eram 10 horas e 30 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes

Álvaro Barros Marques de Figueiredo.

Amândio Anes de Azevedo.

Américo Abreu Dias.

António Alberto Correia Cabecinha.

António Augusto Lacerda de Queiroz.

António Duarte e Duarte Chagas.

António José Ribeiro Carneiro.

António José dos S. Moreira da Silva.

António Maria Pereira.

Armando Adão e Silva.

Armando António Correia.

Arménio dos Santos.

Carlos Encarnação.

Carlos Manuel Pereira de Pinho.
 Cecília Pita Catarino.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Daniel Abílio Ferreira Bastos.
 Eleutério Manuel Alves.
 Fernando Manuel A. Cardoso Ferreira
 Fernando Monteiro do Amaral.
 Fernando Raimundo Rodrigues.
 Germano Lopes Cantinho.
 Germano da Silva Domingos.
 Henrique Alberto F. do N. Rodrigues.
 Jaime Adalberto Simões Ramos.
 João António Sousa Domingues.
 João Aurélio Dias Mendes.
 João Luís Malato Correia.
 Joaquim Marques Gaspar Mendes.
 Jorge Rook de Lima.
 José Adriano Gago Vitorino.
 José Baptista Pires Nunes.
 José Bento Gonçalves.
 José Henrique Cardoso.
 José Maria da Silva.
 José Theodoro da Silva.
 Júlio de Lemos de Castro Caldas.
 Luís António Martins.
 Manuel António Araújo dos Santos.
 Manuel António Lopes Ribeiro.
 Manuel Henriques Pires Fontoura.
 Manuel Maria Moreira.
 Manuel Maria Portugal da Fonseca.
 Manuel Pereira.
 Maria Adelaide Santos de Almeida Paiva.
 Maria Manuela Simões Saraiva.
 Marília Dulce C. P. Morgado Raimundo.
 Mário Dias Lopes.
 Mário Martins Adeegas.
 Miguel Camolas Pacheco.
 Natália de Oliveira Correia.
 Nicolau Gregório de Freitas.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Pelágio E. de A. Matos Lopes de Madureira.
 Pedro Manuel da Cruz Roseta.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
 Rui Alberto Barradas do Amaral.
 Valdemar Cardoso Alves.

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
 Agostinho de Jesus Domingues.
 Alberto Rodrigues Ferreira Camboa.
 António de Almeida Santos.
 António Cândido de Miranda de Macedo.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António Fernando Marques R. Reis.
 António José Vieira de Freitas.
 Armando Filipe Cerejeira P. Bacelar.
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
 Beatriz M. de Almeida Cal Brandão.
 Bento Elísio de Azevedo.
 Carlos Cardoso Lage.
 Carlos Manuel Natividade Costa Candal.
 Edmundo Pedro.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Fernando Alves de Almeida Miranda.
 Francisco Cardoso P. de Oliveira.

Francisco Igrejas Caeiro.
 Frederico A. F. Handel de Oliveira.
 Guilherme Gomes dos Santos
 Herculano Rocha.
 Joaquim José Catanho de Meneses.
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.
 Jorge Fernando Branco Sampaio.
 José Gomes Fernandes.
 José Maria Parente Mendes Godinho.
 Júlio Augusto M. de Montalvão Machado.
 Luís Silvério Gonçalves Saitas.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Manuel Joaquim de M. P. Tavares Santos.
 Manuel José Bragança Tender.
 Maria Emília de Melo Moreira da Silva.
 Raul de Assunção Pimenta Rego.
 Rui Fernando Pereira Mateus.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Victor Manuel Gomes Vasques.

Partido Comunista Português (PCP)

Alvaro Favas Brasileiro.
 Carlos Alberto do C. da Costa Espadinha.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Fernando Freitas Rodrigues.
 Helder Simão Pinheiro.
 João António Gonçalves do Amaral.
 Joaquim António Miranda da Silva.
 Joaquim Victor Baptista G. de Sá.
 Jorge do Carmo da Silva Leite.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 José António Veríssimo Silva.
 José Manuel da Costa C. Marques.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 Josefina Maria Andrade.
 Lino Carvalho de Lima.
 Maria Ilda da Costa Figueiredo.
 Marino B. de Vasconcelos B. Vicente.
 Victor Henrique Louro de Sá.
 Vital Martins Moreira.

Centro Democrático Social (CDS)

Adalberto Neiva de Oliveira.
 Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.
 Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.
 António Ferreira Pereira de Melo.
 António Martins Canaverde.
 Artur Fernandes.
 Carlos Alberto Faria de Almeida.
 Domingos da Silva Pereira.
 Emílio Leitão Paulo.
 Francisco Gonçalves C. de Ferreira.
 João Daniel Marques Mendes.
 João José Magalhães F. Pulido de Almeida.
 Joaquim António F. Pinto de Castelo Branco.
 Joaquim Rocha dos Santos.
 José Augusto Gama.
 José Eduardo Fernandes Sanches Osório.
 José Manuel Macedo Pereira.
 Luís Filipe Pais Beiroco.
 Luís Gomes Moreno.
 Manuel António de A. e Vasconcelos.
 Manuel Baeta Neves.
 Manuel Eugénio P. Cavaleiro Brandão.
 Pedro António J. B. Pestana Vasconcelos.
 Victor Afonso Pinto da Cruz.

Partido Popular Monárquico (PPM)

António José Borges G. de Carvalho.
 Augusto Martins Ferreira do Amaral.
 Gonçalo Pereira Ribeiro Teles.
 Henrique José Barrilano F. Ruas.
 Luís Filipe Ottolini Bebiano Coimbra.

Movimento Democrático Português

Helena Tâmega Cidade Moura.
 José Manuel Marques do C. M. Tengarrinha.
 Luís Manuel A. de Campos Catarinho.

União Democrática Popular (UDP)

Mário António Baptista Tomé.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 148 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.
 Eram 10 horas e 50 minutos.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o período de antes da ordem do dia termina às 11 horas e 50 minutos.

Tem a palavra o Sr. Secretário para proceder à leitura do expediente.

O Sr. Secretário (Pires Fontoura):

Exposição

Do pessoal do Hospital Concelhio de Marco de Canaveses, solicitando que, à semelhança do que aconteceu com outros hospitais, aquele seja oficializado, permitindo-lhes usufruir de regalias a que, de outra forma, não têm direito.

Cartas

Dezasseis cartas respectivamente, de Manuel Fernandes e João Pinto Cardoso Dias, a residirem em Canas de Senhorim; de Joaquim dos Santos Sousa e Dulce da Conceição Dias, residentes no Alto do Forte, Estrada de Sintra, Rio de Mouro; de Josefina da Assunção, Carlos Pereira e António Domingos, domiciliados na Quinta da Capa Rota, Alcanhões, Santarém; de Joaquim Cabrita Rodrigues, da Cadeia Central de Mulheres, de Tires; de António Maria Russo e António Manuel Patacola, residentes no Seminário de Almada; de José Manuel Gomes Martins, Gilberto Gomes Martins, Júlio Augusto Pino e Mário Gouveia de Sousa, estes residentes no Lar Torreense, em Torres Vedras; de António José Ferreira, a residir no Estoril, e de Judite Augusta da Conceição Benedito de Araújo, residente no Lar Bafureira, na Parede, todos enviando fotocópias de outros tantos recursos remetidos ao departamento de alojamentos do IARN, denunciando as prepotências e autênticas injustiças que cometerão, caso seja dado integral cumprimento ao despacho conjunto de S. Ex.^{sa} o Secretário de Estado da Segurança Social e

Alto-Comissário para os Desalojados, publicado no *Diário da República*, 2.^a série n.º 55, de 7 de Março de 1979.

Ofícios

Da Comissão Executiva do Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) enviando cópia da acta e conclusões finais do seu I Encontro Nacional para Estudo e Análise de Soluções para os Problemas dos Idosos e Inválidos.

Do secretariado da União dos Sindicatos do Distrito de Castelo Branco (Intersindical), a enviar documento, que contém a intervenção do representante sindical na Comissão de Participação e Consulta do Distrito de Castelo Branco, respeitante às tomadas de posição sobre a tentativa de afastamento do Movimento Sindical da Gestão Directa da Segurança Social.

Do Tribunal de Contas comunicando que, por Acórdão de 8 de Janeiro corrente, aquele Tribunal julgou quite a responsabilidade da Junta do Crédito Público referente ao ano de 1978.

Da Associação Comercial e Industrial de Coimbra em que remete fotocópia do comunicado que vai tornar público através dos órgãos de informação e respeitante ao subsídio governamental prometido à CIC/79.

Telegramas

Da CGTP/Intersindical enviando uma moção aprovada no Encontro de Dirigentes Sindicais realizado no dia 16 de Janeiro de 1980 no Porto, sobre a situação na Facar.

Da Comissão Venatória Regional do Norte solicitando esclarecimento da sua situação face ao Decreto-Lei n.º 149/79, esperando que as decisões sejam tomadas de acordo com a vontade manifestada pelos trabalhadores na exposição dirigida em 18 de Julho de 1979 a S. Ex.^{sa} o Presidente da Assembleia da República.

Dos elementos da APU eleitos para as autarquias locais do concelho da Covilhã presentes à reunião efectuada em Unhais da Serra, em 5 de Janeiro corrente, em que reclamam o cumprimento integral da Lei das Finanças Locais e se declaram dispostos a lutar decididamente para o conseguirem.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai anunciar os requerimentos apresentados na Mesa.

O Sr. Secretário (Pires Fontoura): — Foram apresentados na sessão de ontem os seguintes requerimentos: a diversos Ministérios, formulados pelos Srs. Deputados Vítor Louro e Jorge Leite; aos Ministérios das Finanças e do Plano, da Indústria e do Trabalho formulado pelo Sr. Deputado José Leitão; à Secretaria de Estado da Habitação, formulado pelo Sr. Deputado Gomes Fernandes; à Secretaria de Estado da Saúde, formulado pelo Sr. Deputado Moreira da Silva.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Guerreiro Norte.

O Sr. Guerreiro Norte (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esta intervenção tem por finalidade sensibilizar a Assembleia da República e por seu inter-

médio o povo português da importância e significado que terá em toda a vida da província a Universidade do Algarve.

Outrora como hoje a Universidade, melhor dizendo, a instituição universitária desempenhou e desempenha um papel decisivo na vida dos povos, designadamente nos aspectos cultural, educativo, moral e económico. É esta elementar verdade é de tal maneira patente que muitos sociólogos têm afirmado com muita pertinência que a Universidade actua como barómetro político e social da sociedade em que se insere.

E efectivamente assim é! Não por mero acaso, mas porque ela reflecte e espelha, com amplitude e quase com rigor científico, os conflitos, as ansiedades e as profundas aspirações dos indivíduos da sociedade.

É salutar que assim seja. É porque uma Universidade, além de ser uma escola do saber e do aprender, terá necessariamente de ser uma escola do auscultar, cabendo-lhe uma função pedagógica e actuante mas não activista, transformadora da sociedade, mas não anarquista e demagógica, de modo a contribuir para o desejado equilíbrio moral e social sem contudo obstar, pelo contrário incentivar a libertação espiritual e económica do homem.

O Sr. Moreira da Silva (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É assente nestes parâmetros e vocacionada para estas perspectivas que concebemos o alto significado que tem para os Algarvios a criação de uma Universidade.

É evidente e pré-claro que, ante estas considerações de cariz sócio-económica e cultural, está subjacente uma concepção de sociedade que perfilham os sociais-democratas e que se baseia nos valores histórico-culturais e em objectivos de raiz personalista e humanista onde campeie a honestidade e a liberdade com a consequente responsabilização.

E estes atributos ou características estruturais de personalidade são comuns à maioria esmagadora dos algarvios e supomos mesmo que constituem autênticos valores — quadro que consciente ou inconscientemente pesam e condicionam o comportamento e o *modus vivendi* dos Portugueses em geral, assumindo-se como dinâmica cultural.

A criação de uma Universidade, e a do Algarve não foge à regra, constitui insofismavelmente um facto de extraordinário significado político, pelas múltiplas repercussões que determina nos mais diversos sectores do contexto social onde irá fazer sentir a sua acção.

O Sr. Moreira da Silva (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É com toda a humildade mas também com toda a firmeza e serenidade que nos propomos analisar, debater e ponderar toda a complexa mas prometedora realidade que se avizinha como consequência da criação da Universidade do Algarve; e como Deputado eleito pelo círculo de Faro compete-me lembrar ao Governo a necessidade da criação rápida das condições indispensáveis ao seu funcionamento. Foi essa a intenção e o propósito que presidiu à minha intervenção.

Não vamos gizar aqui, como é evidente, o ordenamento e a estrutura que se deverão revestir as várias faculdades que integrarão a Universidade do Algarve.

Mas temos a consciência que uma Universidade, para além do seu apetrecho tecnológico, humano e financeiro (sem os quais não poderá funcionar eficientemente), ter-se-á de virar para as realidades concretas da região, sobe pena de não desempenhar o papel que lhe é inerente numa sociedade democrática em que a descentralização se tem de estender cada vez mais ao plano cultural.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ninguém melhor que os Algarvios sabe avaliar das suas necessidades, das suas carências e o que mais lhes interessar. Em suma, numa palavra: é aos Algarvios que cabe perspectivar e definir o seu futuro que o mesmo é dizer o futuro dos seus filhos. E por isso aqui estamos, sem preconceitos nem veleidades de qualquer espécie, tentando detectar e vislumbrar com a vossa ajuda como deverá ser a Universidade do Algarve.

Porque uma coisa é certa e adquirida: a Universidade do Algarve já tem existência legal. E aqui cabe dizer alguma coisa acerca daqueles que, com o seu esforço, para isso contribuíram.

Há que referir, e em abono da verdade o fazemos, que diversas personalidades dos mais diversos quadrantes ideológicos, quer através de escritos nos jornais, quer em conferências e palestras, desempenharam um papel relevante na sua criação.

Propositadamente não cito nenhum nome, o que não significa menos apreço pela sua actuação.

Quero, porém, sublinhar o denominador comum que, inequivocamente e de forma transparente, resultou da assunção de todos quantos de forma tão diligente e ajustada reconheceram a necessidade da Universidade do Algarve, ao salientarem a marginalização e até o desprezo que os poderes constituídos ao longo de muitas dezenas de anos votaram a região do Algarve.

E na verdade assim sucedeu.

Em todas as reformas do ensino nunca o Algarve foi contemplado. Revestiu porém, particular e ostensivo escândalo a reforma de ensino superior da autoria do ex-Ministro Veiga Simão em que foram criadas as Universidades do Minho e Aveiro, bem como o Instituto Universitário de Évora.

Isto passou-se em 1973 e lembro-me perfeitamente a angústia que senti ao ouvir o referido senhor anunciar as novas Universidades sem mencionar o nome do Algarve e as razões que pretensamente fundamentavam a decisão do Ministro sem me lembrar do seu conteúdo concreto, baila-me na memória a impressão que delas colhi, isto é, que se baseavam em critérios de manifesta discricionariedade e conveniência de interesses.

Falei posteriormente com muitos e dos mais representativos comprovincianos e constatei que aquilo que porventura poderia ser produto de uma emoção era efectivamente uma sensação comum aos Algarvios.

O Algarve continuava a não figurar na cabeça dos governantes em projectos que envolvessem custos elevados sem a contrapartida imediata dos lucros à vista.

Srs. Deputados, é pois sem demagogia que podemos afirmar que a criação da Universidade do Algarve, além de ter constituído um êxito democrático com a

aprovação da respectiva lei na Assembleia da República, significa sobretudo uma vitória de todos os algarvios, porque encerra uma das suas mais profundas e antigas aspirações. E é de salientar que a Universidade do Algarve nasce com o instrumento mais adequado a lei e, consequentemente, o parturiente mais legítimo a Assembleia da República, Órgãos de Soberania onde está representada a vontade política nacional.

Em termos democráticos, é a Universidade do Algarve a primeira a ser criada com o apoio do povo, sendo pois de esperar que o sirva e dele consiga angariar o seu carinho tão indispensável à sua projecção e desenvolvimento.

Embora fosse por intermédio do Partido Social-Democrata que se deu corporização legal à confor- tante realidade que é a Universidade do Algarve, a verdade é que ela passou a ser de todas as forças partidárias logo que assumiram a decisão de a apoiarem. Por isso ninguém, com o mínimo de credibilidade moral, poderá acusar de eleitoralismo a proposta que o PSD, em boa hora, apresentou na Assembleia da República.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Contribuamos todos, sem divisionismos, para que a Universidade do Algarve seja em substância aquilo que já é no espírito dos algarvios: uma Universidade para servir os algarvios e o povo português em geral.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não tardarão a surgir os profetas da desgraça e do derrotismo, quer alegando que a sua viabilidade é comprometida pela escassez de recursos financeiros de que será dotada, atendendo à manifesta debilidade do erário público, quer pela falta de potencial humano capaz de a fazer funcionar com plena racionalidade.

Aos primeiros, respondemos que a esperança na recuperação económica do País é grande, além de acreditarmos que mais tarde ou mais cedo haverá uma maior contenção nos gastos públicos, evitando a constante sangria dos cofres nacionais que escorre para grande parte de empresas nacionalizadas, cujos prejuízos se amontoam e que, ao fim e ao cabo, somos todos nós que pagamos.

Perante esta realidade não hesitamos um segundo sequer em considerar que parte substancial desses gastos deverão ser canalizados para o ensino, que o mesmo é dizer para o progresso. Por isso nos sentimos autorizados a dar inteira adesão às perspectivas abertas pelo Governo para a criação real e efectiva da Universidade do Algarve porque o melhor investimento que um governo poderá realizar para a promoção do nosso povo será aquele que se enquadra nos domínios da cultura, pela criação de Institutos ou Universidades.

O Sr. Moreira da Silva (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Esse investimento será o mais rentável quando vivemos e sentimos a arreigada certeza que o futuro dos povos se situa no alargamento em profundidade e altura da sua cultura.

Aos segundos, respondemos que a Universidade é fundamentalmente um projecto de futuro em que pela sua dinâmica própria se encarregará de formar os seus quadros.

É evidente que os professores e restante pessoal adjacente não caem do céu por obra e graça do Espírito Santo; todavia, o Governo tem o imperioso dever cívico e legal de providenciar na resolução desse problema, propiciando condições de remuneração, habitação e outras, de modo a atrair os primeiros docentes que leccionarão na Universidade do Algarve.

É que não podemos esquecer, repito, esta é a primeira Universidade a nascer pela vontade popular legitimamente representada na Assembleia da República. E o menos que se pode exigir num regime democrático é que o Governo assegure os mecanismos jurídicos e financeiros conducentes à materialização da lei aprovada.

Não temos pois de recuar, fundamentalmente quando a razão e a justiça que nos assiste é hoje comunicada pela esmagadora maioria dos algarvios e de muitos outros portugueses conscientes, e quando sabemos que o actual Governo participa destas mesmas preocupações e propósitos.

Aplausos do PSD, do CDS e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Edmundo Pedro.

O Sr. Edmundo Pedro (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Passou no dia 18 de Janeiro, na última semana — curiosamente no dia em que foi aprovado nesta Câmara o Programa do Governo e a moção de confiança ao Governo —, mais um aniversário do 18 de Janeiro de 1934, e foi pena, aliás era essa a intenção da bancada do Partido Socialista, que não tivéssemos oportunidade de nesse mesmo dia salientar a importância e o significado desse movimento não só na luta antifascista como na perspectiva da construção de um movimento sindical independente.

De qualquer maneira, achámos que essa data não devia passar sem que a assinalássemos, porque, com toda a sinceridade, pensamos que os socialistas estão na posição de reclamar para si o essencial da herança do 18 de Janeiro — a luta pela unidade, pela liberdade, pela independência, pela democracia do movimento sindical. Por isso, nós, que nos reclamamos desses valores, entendemos que essa data não podia passar sem ser assinalada como um elemento importante da luta dos socialistas pela autonomia do movimento sindical e um contributo para a própria luta pela democracia.

Naturalmente que prestar homenagem e curvarmo-nos aqui perante o sacrifício daqueles que lutaram no 18 de Janeiro não será a única intenção — aliás já por si justificadíssima — desta minha intervenção. Com efeito, o 18 de Janeiro constitui um momento alto da luta do movimento sindical português pela sua autonomia, pelo seu direito à existência independente, pela sua permanente vocação para não se deixar subordinar ou manipular pelo poder político e pelos partidos, o que, só por si, justificaria a nossa intervenção.

Portanto, não será só no sentido de sublinhar e prestar homenagem àqueles que nessa altura se bataram e morreram pelo movimento, que tomo, com toda a honra, a palavra nesta Assembleia mas também por-

que fui um dos homens que, embora muito novo, ajudou e deu a sua contribuição para a organização do 18 de Janeiro. É, naturalmente, nessa medida que me sinto com uma certa legitimidade para lembrar aqui não só o que aconteceu nessa altura como, de certa maneira, balizar o caminho percorrido desde então pelo movimento sindical e fazer umas ligeiras reflexões sobre o estado do movimento sindical português no momento que passa.

Portanto, para além de salientar o carácter que o 18 de Janeiro teve como momento político e de luta importante do povo português pelos seus direitos, de luta popular contra a ditadura, não quero deixar de assinalar que, algumas forças políticas ou alguma força política cuja legitimidade — para falar do 18 de Janeiro — ninguém contesta, porque os seus militantes deram contributos mais valiosos para a organização não só do movimento como, posteriormente, foram dos mais sacrificados — refiro-me, naturalmente, ao PCP e, em particular, ao seu secretário-geral de então, Bento Gonçalves, de quem fui amigo e a cuja memória me sinto obrigado a prestar homenagem, porque foi um grande combatente da luta antifascista, e não podemos esquecer que morreu no Tarrafal, e, só por isso, lhe deveríamos a nossa justa homenagem. Contudo, Bento Gonçalves considerou que o 18 de Janeiro tinha sido um movimento irrealista, tinha sido aquilo a que ele chamou uma «anarqueirada», querendo, naturalmente, significar com isso que não estava de acordo com a orientação seguida e que negava globalmente a validade do próprio 18 de Janeiro.

Não partilhamos dessa opinião, porque entendemos que para além do eventual irrealismo, para além da eventual falta de condições para o seu desenvolvimento em condições vitoriosas, tratava-se, naquela altura, de marcar um protesto contra a ofensiva generalizada do poder político então vigente da ditadura de Salazar contra as liberdades dos sindicatos e dos trabalhadores. Nessa medida, entendemos que o movimento se justificava sempre, independentemente dos seus resultados, como uma maneira da classe trabalhadora manifestar a sua repulsa e a sua negação ao projecto que procurava limitar as suas liberdades pelo que não nos inserimos nessa perspectiva, e consideramos que o 18 de Janeiro foi um movimento muito importante da história do movimento sindical português e da história das lutas dos trabalhadores portugueses contra a ditadura, e, nessa medida, reclamamos a sua herança como uma das lutas populares e sindicais mais válidas contra o antigo regime.

Queria também aproveitar a oportunidade para chamar a atenção para uma curiosa coincidência que foi a de, no passado dia 18 deste mês, terem sido aqui aprovados o Programa do Governo e uma moção de apoio ao Governo, e desejaria — sem qualquer processo de intenção, a que sou normalmente alheio por vocação e por maneira de ser — assinalar que nós, democratas e socialistas, não gostaríamos de modo nenhum, e esperamos que assim não seja, que esse dia — 18 de Janeiro de 1980 — seja um dia assinalado no historial da democracia e do parlamentarismo português como uma data igualmente maligna, como uma data significativa da limitação das liberdades em Portugal, e, designadamente, das liberdades que se referem à própria autonomia do movimento sindical.

A verdade é que assistimos, depois do 25 de Abril, a tentativas repetidas e mais ou menos sistematizadas de os partidos — e sobretudo um partido — utilizarem o movimento sindical claramente em apoio dos seus projectos e da sua perspectiva política, da sua prática política, quotidiana. Contudo, temos de reconhecer que, neste momento, esse tipo de intervenção, que negamos e cuja validade infirmamos e repudiamos, não é privilégio nem monopólio só de um dos quadrantes políticos e lamentamos ter de reconhecer que se está a transformar numa prática generalizada, porque assistimos recentemente a uma tentativa — tentativa essa que se poderá tornar sistemática — da utilização sindical, por parte dos partidos da direita, daqueles que, afinal, têm menos legitimidade para o fazer, pela própria tradição da direita de restringir o movimento sindical.

Devo, portanto, dizer que nós, socialistas, reafirmamos a nossa vocação para entender que o movimento sindical deve ser um movimento não apolítico, mas, que tem de ser, necessariamente, não partidário, porque para nós um movimento sindical independente só pode existir em democracia política. Essa prova foi feita ao longo dos últimos cinquenta anos. Entendemos, pois, que o movimento sindical tem de ser uma componente importante da democracia política, que o movimento sindical está um pouco — no aspecto da sua existência em democracia política ou da sua viabilidade ou inviabilidade das condições de existência ou não existência da democracia política — como o peixe poder viver sem água ou os seres vivos poderem viver sem oxigénio.

Para nós, a democracia política é a condição essencial e primária, ponto de partida para o desenvolvimento do movimento sindical independente, é aquele espaço de liberdade indispensável para o desenvolvimento de uma perspectiva de sindicalismo verdadeiramente autónomo e vocacionado para a defesa dos autênticos interesses dos trabalhadores.

Reafirmamos aqui essa vocação e fazemos votos para que, cada vez menos, os partidos políticos, naturalmente que não excluo o próprio partido a que pertenço, o Partido Socialista, porque entendo que essa intervenção no movimento sindical não deve ser feita por nenhum dos partidos, nem pelo meu, que repetidamente se tem reclamado da não instrumentalização do movimento sindical pelos partidos políticos, e tem sido e vai continuar a ser coerente nessa sua linha de actuação...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, terminou o seu tempo de intervenção e peço o favor de abreviar.

O Orador: — Vou terminar imediatamente, Sr. Presidente.

Nunca seguimos a linha lógica que nos propomos seguir, porque as coisas surgem ligadas umas às outras, mas não desejaria terminar sem chamar a atenção para o movimento sindical democrático, que neste momento se desenvolve no nosso país.

Do nosso ponto de vista — ponto de vista dos socialistas que apoiam essa perspectiva sindical democrática —, queria salientar que esperamos e nos bateremos dentro dessa central sindical, que começa a afirmar-se e a ser uma realidade autêntica no horizonte sindical português, para que ela seja fiel aos

princípios da autonomia, da liberdade, do sentido da responsabilidade, da recusa da demagogia e de um combate permanente pela democracia na ordem interna e externa e pela sua autêntica representatividade.

Por outro lado, consideramos que essa central sindical deve reclamar-se igualmente inscrito na herança de combatividade na tradição do 18 de Janeiro, ou melhor, dos valores implícitos no 18 de Janeiro, porque entendemos que ela, mais do que ninguém, tem direito — se tiver uma prática de classe coerente e correcta, tal como esperamos — a reclamar-se, pela sua democraticidade, dos valores implícitos no 18 de Janeiro.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — É para formular pedidos de esclarecimento, Sr. Deputado?

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Não, Sr. Presidente, não era para pedir esclarecimentos, mas, sim, por uma razão muito especial: para lembrar que no passado mês de Dezembro faleceu em Vila Nova de Famalicão o Dr. Carlos Bacelar que foi Deputado na Assembleia Constituinte. Não houve ainda oportunidade de o meu grupo parlamentar trazer aqui esse facto ao conhecimento da Câmara; contudo, penso que é absolutamente devida uma homenagem a um homem que esteve connosco na Assembleia Constituinte, que trabalhou honradamente para a instalação e consolidação da democracia em Portugal, pessoa que, pelo seu convívio, estou certo que deixou um amigo em todos aqueles com quem contactou.

Portanto, era esta homenagem singela que em meu nome pessoal e em nome da bancada do Partido Social-Democrata — a que, creio, se associarão gostosamente todos os Deputados desta Câmara — queria deixar aqui numa palavra de recordação e de homenagem pelo Dr. Carlos Bacelar.

Aplausos da maioria parlamentar, do PS, do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de, em palavras muito breves, me associar à homenagem do Dr. Carlos Bacelar, meu velho amigo e colega em Coimbra.

Ignorava que ele tinha sido Deputado na Assembleia Constituinte, visto que não fiz parte dela, mas, seja como for, é um democrata, um homem honrado e um velho amigo de sempre que vimos desaparecer com saudade e com muito desgosto.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Catarinho.

O Sr. Luís Catarinho (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O MDP/CDE e eu pessoalmente não sabíamos que realmente o ex-Deputado, Sr. Dr. Carlos Bacelar, tinha falecido.

Evidentemente que o MDP/CDE quer deixar uma palavra de reconhecimento e mesmo de saudade por essa figura desaparecida. Foi nosso colega na Assem-

bleia Constituinte e dele guardamos uma ideia de dignidade, de inteireza e de empenhamento na luta pela democracia em Portugal.

E, pois, isto o que realmente agora queríamos recondar, e, do fundo do nosso peito, associamo-nos à homenagem do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Também o Grupo Parlamentar do CDS queria prestar homenagem ao Sr. Deputado da Assembleia Constituinte, Carlos Bacelar, porquanto a actuação deste Sr. Deputado foi, a todos os títulos, meritória e louvável, deixando aqui um grande exemplo de patriotismo como poucos deixaram na Assembleia Constituinte.

Por isso mesmo também nos associamos às palavras do Sr. Deputado Amândio de Azevedo e queremos prestar mais uma vez a nossa homenagem.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tendo também partilhado do trabalho que houve aqui na Assembleia Constituinte, quero associar-me e fazer associar o meu grupo parlamentar à homenagem justa e devida que aqui foi trazida pela voz do Sr. Deputado Amândio de Azevedo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ferreira do Amaral.

O Sr. Ferreira do Amaral (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do PPM, embora não tenha estado presente nos trabalhos da Assembleia Constituinte, também se associa a esta homenagem e reconhece o mérito, o interesse e o valor para a democracia que resultou também da colaboração do ilustre defunto, ao qual, desta forma, também prestamos a nossa homenagem.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adão e Silva.

O Sr. Adão e Silva (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Reformador também quer francamente, associar-se a esta justa homenagem.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção tem a palavra a Sr.^a Deputada Ilda Figueiredo.

A Sr.^a Ilda Figueiredo (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português tem denunciado repetidas vezes nesta Assembleia a escalada repressiva que atingiu milhares de trabalhadores de várias empresas da zona do Porto. Referimos aqui os casos da Facar, da Jacinto, da Uniteca, da Real Companhia Velha, da Tripal, Preh e muitos outros.

Nos últimos tempos, animado pelas promessas eleitorais da AD e pelo seu Programa de Governo (de destruição das conquistas dos trabalhadores e intensificação da sua exploração), o alto patronato da

região do Porto tem vindo a aprofundar os seus ataques contra os direitos dos trabalhadores e das suas organizações representativas.

A situação em curso na Facar, empresa metalúrgica dos arredores do Porto, com mais de 1200 trabalhadores, é disso testemunha e exemplo lapidário. Os trabalhadores, no cumprimento da lei em vigor, avançaram com o processo de aprovação dos estatutos para a comissão de trabalhadores. Foram recolhidas as assinaturas mais que suficientes e necessárias para realizar a assembleia de voto e foram afixadas regularmente as convocatórias. Mas na Facar a oposição ilegal dos patrões Carvalhos a tudo o que seja do interesse dos trabalhadores fez-se logo sentir através da acção dos seus capangas, que por duas vezes consecutivas destruíram as convocatórias afixadas nos termos da lei. Não satisfeitos com tal proeza, os comendadores Carvalhos não autorizaram a votação dentro da Facar quando a comissão eleitoral insistiu no exercício dos seus direitos.

Recusando o confronto e a provocação em que a gerência da Facar estava interessada, a comissão eleitoral procedeu à votação na rua, frente às instalações da empresa. No entanto, mesmo aqui, os comendadores Carvalhos, confiantes de que estão imunes ao cumprimento da lei e seguros da sua impunidade, fizeram actuar os seus «homens de mão» e as urnas foram destruídas, com agressões físicas aos trabalhadores e dirigentes sindicais que se encontravam junto delas. As urnas foram destruídas das duas vezes que a votação foi tentada e quando já mais de uma centena de trabalhadores tinha votado.

Entretanto a gerência da empresa tratou de «incriminar» pessoalmente os trabalhadores da comissão eleitoral e os delegados sindicais que distribuíram comunicados dos sindicatos sobre a situação da empresa. Neste momento já se encontram suspensos quatro delegados sindicais que receberam notas de culpa, apontando para o despedimento.

É caso para perguntar: que vai fazer o Governo em casos como este, em que os patrões insistem em se opor às decisões dos Órgãos de Soberania, às leis e às regras de conduta democrática? Foi para isto que a empresa foi desintervencionada e entregue aos comendadores Carvalhos que comprovadamente a sabotaram? É este o respeito pelo Estado de direito que a direita e o patronato para aí apregoam?

Mas os casos de ilegalidades, repressão e ataque aos mais elementares direitos dos trabalhadores não se ficam pela Facar e aparecem também noutras empresas, de patrões bem conhecidos não só pelas suas ligações aos partidos apoiantes do Governo, ao PPD e ao CDS, como pelas suas ligações aos grupos económicos que o actual Governo e os partidos que o apoiam e defendem.

Em várias empresas têxteis do distrito do Porto, os trabalhadores conhecem bem este tipo de actuação. Por exemplo, nas Malhas do Ameal, empresa com cerca de 700 trabalhadores, há processos disciplinares com a intenção de despedir três trabalhadores, só porque decidiram — quase diríamos, tiveram a ousadia — de dinamizar a formação da comissão de trabalhadores da empresa nos termos e ao abrigo da Lei n.º 46/79.

Na Abel Alves Figueiredo, Lda., de Santo Tirso, tristemente célebre pela repressão patronal, o patrão

tem usado todos os processos, incluindo a agressão física a trabalhadores e dirigentes sindicais, para impedir qualquer actividade sindical e, até, a simples reunião com o representante do Estado. Daqui, e pessoalmente, denuncio os acontecimentos ocorridos numa reunião convocada pelo representante do Estado para se realizar na empresa, reunião que não se chegou a realizar e que veio a revelar-se uma autêntica «cilada» para agredir dirigentes e técnicos sindicais, entre os quais me encontrava.

Na Cifa, empresa básica do sector têxtil situada em Valongo, empresa da holding Mello-Deutsch-Morgan, com cerca de 1600 trabalhadores que, tal como as empresas atrás referidas, chegou a estar intervencionada, a repressão, designadamente através de transferências abusivas dos trabalhadores mais activos, da desclassificação, das alterações de horários, da ameaça de não renovação do contrato a prazo dos trabalhadores que tenham qualquer ligação com os sindicatos, é uma prática diária da administração. E ao mesmo tempo que os trabalhadores vivem na ameaça constante de desemprego, os patrões, animados certamente pelas promessas eleitorais da AD e pelo Programa do seu Governo, tentam intensificar os ritmos de exploração, ou, como candidamente dizem, tentam aumentar a «produtividade» através da repressão, das ilegalidades, das políticas privadas. Aqui, como noutras empresas, o clima de medo de repressão e do despedimento serve para sujeitar os trabalhadores a mais feroz exploração.

Um exemplo mais subtil, mas não menos significativo pelas repercussões sociais e regionais, é o caso da Valfar em Vila do Conde, onde cerca de 1000 trabalhadores, vítimas da multinacional Winner, continuam uma luta constante contra o desemprego, a repressão e a exploração dos actuais senhores da empresa, que mantém ainda no desemprego cerca de 300 trabalhadores, situação que se mantém desde Maio do ano passado.

Para os patrões da Facar, da Cifa, das Malhas do Ameal, da Abel Alves Figueiredo, da Valfar e de tantas outras empresas só existem as suas leis que impõem pela força do mais forte e pelo uso da violência dos seus «homens de mão» e das suas polícias privadas.

No Estado de direito, tal como o entendem os patrões, são estes os «direitos» que se pretendem reconhecer aos trabalhadores.

Mas os trabalhadores têm repetidamente afirmado que não aceitam o regresso ao passado da exploração e miséria. Os trabalhadores exigem o cumprimento da Constituição da República, das leis democráticas de defesa dos seus direitos e interesses, dos contratos colectivos de trabalho que existem e que a muito custo foram conseguidos com a sua luta. E, ao mesmo tempo, perguntam: que posição vai o Governo tomar? Vai fazer cumprir a lei pelos patrões revanchistas ou vai enviar a GNR e a PSP contra os trabalhadores, como fizeram os actuais ministros da Indústria e do Trabalho, no tempo em que eram ministros do Governo Mota Pinto?

Os trabalhadores da zona do Porto não vão esperar a resposta a estas perguntas de forma passiva. Pelo contrário. Como o demonstraram no passado saberão hoje e no futuro enfrentar decididamente a ofensiva em curso e defender as suas liberdades fundamentais,

como garantia e meio indispensável para a defesa dos seus direitos sociais, direito ao trabalho, ao salário justo, a lutarem por uma vida melhor.

O Partido Comunista Português esreve, está e estará com os trabalhadores da região do Porto na sua luta por estes objectivos e reafirma a sua confiança e a sua certeza de que a escalada do patronato apoiada e incentivada pelo Governo, será contida e, finalmente, derrotada.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. **António Cabecinha (PSD)**: — Sr. Presidente, peço a palavra, para um protesto.

O Sr. **Presidente**: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. **António Cabecinha (PSD)**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Foi com agrado que ouvimos uma Deputada do Partido Comunista falar em direitos de trabalhadores.

Nós, sociais-democratas, também defendemos os direitos dos trabalhadores, mas não o que as ideologias instrumentalizam através dos trabalhadores.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O **Orador**: — Queríamos, além disso, sublinhar que somos contra qualquer prática revanchista...

Risos do Sr. Deputado Vital Moreira.

... inclusive da parte das próprias entidades patronais.

Queremos, no entanto, dizer que, nos casos em que possa haver desrespeito pela lei, compete aos tribunais julgar da sua aplicabilidade ou não.

Além disso, ao contrário do PCP, que defende aqui os trabalhadores do Porto, nós defendemos todos os trabalhadores do País.

Vozes do PCP: — Nós já sabíamos!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ilda Figueiredo para um contraprotesto.

A Sr.^a **Ilda Figueiredo (PCP)**: — Queria apenas referir que conheço bem as lutas dos trabalhadores do Porto e que por isso me referi expressamente a elas.

No entanto, registo a posição do Sr. Deputado do PPD, que, em vez de apoiar essas lutas, resolveu atacar o Partido Comunista por apoiar e defender os direitos e as lutas dos trabalhadores do Norte e de todo o País.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Pedro Roseta (PSD)**: — Falou e não disse nada!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. **Mário Tomé (UDP)**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A UDP está atenta ao desenrolar da situação internacional. Tem posições muito claras sobre o que se passa no Mundo, principalmente o decor-

rente das lutas dos povos e de todos os explorados contra as manobras hegemónicas e as agressões das potências imperialistas.

Mas à UDP interessa fundamentalmente aquilo que, embora ligado às pressões do imperialismo e às lutas dos povos, se passa no nosso próprio país, onde trabalhadores, democratas, antifascistas, soldados, sargentos e oficiais democratas são vítimas das arbitrariedades e da repressão do Estado.

Por isso, hoje nos solidarizamos particularmente com os presos políticos antifascistas do PRP.

Caso estranho este que chamou a atenção de juristas internacionais presentes no julgamento.

Caso estranho este que chamou a atenção de organismos internacionais, como a Amnistia Internacional, presente como observador no julgamento.

Caso estranho este que mobilizou os meios políticos e a opinião pública da Europa e do Mundo.

Caso estranho este em que são mantidos no silêncio, a nível nacional e salvo raras excepções, as arbitrariedades, as injustiças, as ilegalidades que nestes processos foram cometidas.

Não vamos falar já dos longos meses de prisão sofridos pelos antifascistas, sem culpa formada, à espera que a polícia e as forças repressivas conseguissem concluir os processos.

Não vamos falar das arbitrariedades cometidas na instrução dos mesmos processos, que inclusivamente levaram à anulação de alguns deles.

Não vamos sequer falar do tratamento prisional a que foram submetidos os presos do PRP.

Interessa-nos, sobretudo, o que a esta Assembleia diz respeito.

Nesta mesma Sala, há bem pouco tempo, por duas vezes, foi aprovada uma lei da amnistia.

Abrangida por ela estavam os militares de Abril a quem a hierarquia reaccionária procura afastar das forças armadas.

Abrangidos também estão os presos que, como Isabel do Carmo e Carlos Antunes, são acusados de terem cometido «crimes políticos». E não se diga que assim não é!

Os processos estão todos eles recheados de afirmações, umas pontuais, outras de princípio, que os caracterizam manifestamente como processos políticos.

Isabel do Carmo e Carlos Antunes são acusados, tão-somente, de «autoria moral de crimes presumivelmente cometidos pelo PRP».

Estranha justiça esta.

Quantos julgamentos houve em que não foi produzida qualquer prova, culminando com a absolvição dos acusados que, entretanto, passaram na cadeia meses e meses.

A UDP quer manifestar aqui a sua solidariedade com todos os presos vítimas de tais injustiças.

A UDP quer manifestar aqui o seu especial apoio a Isabel do Carmo e Carlos Antunes, que neste momento estão a ser julgados por crimes que não cometeram.

A UDP quer ainda, com o direito adquirido de quem sempre lutou pela liberdade, apelar a esta Assembleia e à opinião pública, aos democratas e aos antifascistas para que exijam o fim de tais arbitrariedades e Isabel do Carmo e Carlos Antunes e todos os presos do PRP sejam imediatamente libertados.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Domingues.

O Sr. **Agostinho Domingues (PS)**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Qualquer que seja o papel que reservemos à escola na formação do homem, de acordo com as diversas ideologias sócio-políticas e até as diferentes sensibilidades pessoais e profissionais, todos nos sentimos a ela ligados porque lá passámos e ou lá continuamos, a ela pedimos co-responsabilidades na educação dos nossos filhos, dela exigimos que seja lugar e ocasião de crescimento humano e social.

Esta nossa proximidade da escola talvez explique que, às vezes, seja difícil garantir-lhe o tempo e a atenção que merece. Foi o que aconteceu nesta Assembleia aquando do debate do Programa governamental. Espero não ser inoportuno trazer aqui algumas reflexões.

Pareceu-me haver interesse em partir do texto do Programa do Governo, uma vez que contém as grandes linhas da política educativa do VI Governo Constitucional. Ater-me-ei aos sectores dos ensinos pré-primário, do básico e do secundário.

Uma leitura atenta das páginas do programa de educação e cultura suscita dois sentimentos opostos: receio e esperança.

Causam apreensão, entre outras, as seguintes passagens: «firme intenção de reconstruir o sistema educativo em dignidade e liberdade» (p. 74 do Programa); «criar-se-ão condições para que a experiência educativa ocorra em ambiente criativo e livre respeitando com rigor o direito dos educandos e dos pais à escolha dos modelos ideológicos e culturais que preferirem» (pp. 74-75); «rever-se-á urgentemente o conteúdo dos programas nos aspectos que abertamente minimizam ou ofendem os princípios de um ensino livre e aberto» (p. 77).

«Reconstruir o sistema educativo em dignidade e liberdade»...! Mas então o ensino em Portugal, cinco anos após a Revolução de Abril, não é digno nem livre? E essa dignidade e liberdade que assim lhe faltam não-de ser «reconstruídos», quer dizer, restauradas pelo regresso a antigas formas (ou formas!)? Por contraste, essas virtudes terão existido antes do «25 de Abril»? Quem ou quê, nessa perspectiva, possuía antes tais virtudes, e quem ou quê enferma hoje dos vícios correspondentes? Um dos réus vem acusado no texto do Programa do Governo: programas «que minimizam ou ofendem os princípios de um ensino livre e aberto». E, significativamente, apontam-se disciplinas mais susceptíveis de veicularem carga ideológica: a língua materna, a história, os estudos sociais. Só para se ficar com uma ideia das «virtudes» consagradas na orientação do ensino de Português nos programas do ensino liceal aprovados em 1954, cito aqui alguns dos objectivos então preconizados: «as preocupações dominantes do ensino desta disciplina não-de ser as de fundamentar solidamente uma cultura e de arraigar no espírito e no coração dos alunos sentimentos elevados de civismo e de amor da Pátria. E mais adiante: «todos os elementos desta aprendizagem devem contribuir activamente para a educação moral e estética». Assim, a «dignidade» e a «liberdade» no ensino, por exemplo, da literatura portuguesa ficavam pressupostamente garantidas com a indicação de certos manuais fiéis à ideologia do Estado Novo e com a condenação expressa ou tácita de outros, de incontestado

valor científico como era e é o caso da *História de Literatura*, de António José Saraiva e Óscar Lopes. Para cultivar nos alunos «sentimentos elevados de civismo e de amor da Pátria» não se hesitava em atraí-los Camões e a sua epopeia, transformando *Os Lusíadas*, de canto aberto das grandezas e misérias de um povo em cartilha de nacionalismo tacanho e acéfalo.

Vozes do PS e do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Posta assim a língua materna ao serviço de mesquinhos objectivos, alheios a si própria, não admira que estivesse vedado na prática o estudo dos escritores contemporâneos da literatura portuguesa. É que, salvo raras excepções também a inteligência estético-literária estava em oposição frontal ao regime, e a leitura das suas produções abalava o sistema...

Para além dos programas, que outros agentes de indignidade e de opressão estarão subjacentes ao texto do Programa do Governo? Serão os professores, cujo papel preponderante na política do ensino é por de mais evidente mas que ficaram quase esquecidos no texto do Programa do Governo?

Para a direita, os programas são garantia de liberdade e dignidade, apenas quando obedecem aos seus fins ideológicos. E os professores, por sua vez, são isentos, quando e só quando professam os seus credos. Importa acentuar que, antes e depois de Abril, há professores de diferentes ideologias e sensibilidades. A grande diferença está em que uns se sentiam até 25 de Abril de 1974 como o peixe na água, enquanto outros vestiam — ou lhes vestiam — «camisas de forças». No entanto, também a classe docente, no seu conjunto, viveu e profundamente aproveitou da Revolução de Abril: a liberdade restaurada pelos capitães foi aprendida e passada das ideologias aos comportamentos e atitudes dos docentes. Há, evidentemente, professores conservadores e professores progressistas; uns são mais ou menos inspirados do marxismo, outros colhem algures a inspiração ideológica para a sua praxe; há-os marxistas-leninistas, maoístas, cristãos ou de outras confissões, agnósticos e ateus. Mas é exactamente essa diversidade ideológica e a coexistência de múltiplas sensibilidades que asseguram o pluralismo democrático. Receio bem que não seja o autêntico pluralismo aquele que a «mudança» preconiza mas apenas um «genuíno pluralismo» (p. 77 do Programa), porque pluralismo só há um o democrático e mais nenhum e este ficou claramente garantido no ensino, pelo menos a partir do I Governo Constitucional. O que se exige dos professores — e eles sabem-no melhor do que ninguém — é que respeitem os educandos. Mas isso decorre dos princípios pedagógico-didácticos que conduzem o professor a assumir-se mais como agente da aprendizagem do aluno do que como ensinador, considerando-se a si próprio, em todo o momento, também educando do aluno-educador. Do educador reclama-se, acima de tudo, que seja estímulo ao espírito crítico, a começar pelo incentivo da crítica dos outros às suas próprias ideias e comportamentos. Mas não pode pedir-se-lhe o impossível, isto é, que seja neutro. A neutralidade é paralisia mental e atrofia da vontade. Os professores não são acéfalos nem abúlicos...

Criar «condições para que a experiência educativa ocorra em ambiente criativo e livre» (p. 74 do Programa) passa fundamentalmente pelas garantias dadas à seriedade do acto pedagógico em que estão implicados directamente educandos e educadores; indirectamente, os encarregados de educação, os cidadãos em geral e a própria sociedade. Se, pelo contrário, se considerar que essas condições são antes a existência prévia de modelos ideológicos e escolas à parte para os executar, então não se visa formar homens livres a partir dos jovens em formação, mas antes *robots* pré-concebidos de acordo com esquemas mentais e objectivos alheios aos mais nobres ideais da educação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há no texto do programa da educação aqui apresentado pelo Governo sinais de esperança em que, sinceramente, gostaria de poder acreditar. De qualquer forma, esta Assembleia aprovou o Programa do Governo e cabe-lhe agora vigiar o seu cumprimento em tudo quanto se traduza na melhoria da vida dos Portugueses.

Estamos de acordo em que o sistema educativo deve «promover o cumprimento do direito à educação e à formação profissional, aplicando escrupulosamente o princípio de igualdade de oportunidades». Certamente, a nova equipa responsável pelo Ministério da Educação não deixará de reconhecer os sólidos alicerces desse edifício lançados pelos primeiros Governos Constitucionais de responsabilidade socialista e consolidados pelos dois últimos Governos.

Na impossibilidade de me alongar, quero referir apenas a reformulação do ensino complementar do secundário e o lançamento do pré-escolar oficial. Quanto a este último, foi ele criado pela Lei n.º 5/77, de 1 de Fevereiro, e funciona hoje em cerca de quatrocentas escolas. Convenhamos que é ainda muito pouco. Mas, se atendermos a que se partiu do zero (intencionalmente omito o ensino particular por inacessível à maioria das famílias portuguesas) algum caminho se percorreu. Nesse domínio, quais as promessas dos novos responsáveis pela educação? A acreditar na letra do Programa do Governo, haveria grandes motivos de esperança. De facto, aplicar «escrupulosamente» o princípio da igualdade de oportunidades para satisfação do «direito à educação e à formação profissional», implica, para não ir mais longe, estender os jardins-de-infância a todas as regiões do País, garantindo o acesso de todas as crianças a partir dos 3 anos a essas escolas devidamente dotadas de condições materiais e técnicas e dos meios humanos indispensáveis ao seu bom funcionamento.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado acabou o seu tempo, queira fazer o favor de abreviar.

O Orador: — Certamente, Sr. Presidente.

Se queremos mesmo ser escrupulosos na criação de condições de igualdade de oportunidades para todos os cidadãos nas responsabilidades que cabem ao Ministério da Educação, importa assegurar, desde muito cedo, o pleno desenvolvimento das capacidades da criança. Mas as crianças não partem todas de situações idênticas.

Qualquer professor tem experiência feita das dificuldades de crianças traumatizadas por falta de afecto e de harmonia de relações no agrupamento familiar, como, por outro lado, se dá conta do bloqueamento

da criança dos meios rurais e suburbanos perante a linguagem da escola, ou seja, a linguagem dos professores e dos programas — a linguagem das classes médias. Mas mais grave ainda é o atraso da criança por não ter crescido em ambiente sócio-cultural que permitisse o cabal desenvolvimento da sua inteligência. Como poderia a criança de meios linguisticamente pobres ter desenvolvido cabalmente as suas faculdades intelectuais se faltavam no ambiente as ideias e as palavras e estruturas verbais correspondentes?

A criança do campo que entra na escola aos 6-7 anos terá as mesmas oportunidades que o filho da classe média ilustrada que, mesmo entrando também nessa idade, teve em casa uma escola culturalmente mais rica?

Sr. Presidente e Srs. Deputados: De facto, o meu texto era um pouco longo e, por isso, gostaria apenas de acrescentar aquilo que poderia também ser considerado um sinal de esperança. Trata-se do problema da desconcentração e descentralização do Magistério.

Acontece apenas que o Sr. Ministro da Educação apontou aqui para o seguimento da via traçada pelo ex-Ministro Valente de Oliveira, ou seja, apenas para a desconcentração do Ministério.

A desconcentração do Ministério levará apenas a colocar delegados nas várias regiões do País, ou seja, porta-vozes do Poder Central.

Descentralizar e regionalizar é algo de mais profundo, é fazer aproximar os serviços de educação dos seus utentes para que, efectivamente, eles os possam controlar. Sem uma efectiva descentralização e uma efectiva regionalização dos serviços do Ministério da Educação não creio que este Ministério possa dar resposta aos grandes problemas que afligem, quer a alunos, quer a professores e a encarregados de educação, quer aos cidadãos em geral deste país.

Aplausos do PS, do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Está ainda inscrito o Sr. Deputado Jorge Lemos, que tem apenas cinco minutos para a sua intervenção, dado que às 11 horas e 50 minutos termina o período de antes da ordem do dia.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, não precisarei mesmo de tanto tempo.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A intervenção que vou aqui produzir não estava prevista para hoje pelo nosso grupo parlamentar. Simplesmente, o facto de alguns de nós terem ouvido o noticiário da RDP hoje, às 8 horas, exigiu que trouxéssemos o problema a esta Assembleia, dado o escândalo de que se reveste.

Hoje, e é apenas um exemplo, a RDP, no seu noticiário das 8 horas, narrou pormenorizadamente os trabalhos desta Assembleia durante o dia de ontem com uma característica: omitiu as duas intervenções que Deputados do Partido Comunista produziram no período de antes da ordem do dia — uma intervenção sobre o Município da Amadora e sua instalação e uma intervenção sobre uma visita à Escola de António Arroio.

Factos como este não dignificam a liberdade de informação em Portugal, factos como este são uma manipulação da informação. Pelo nosso lado, lavramos desde já aqui o nosso veemente protesto pelas omissões das intervenções dos Deputados comunistas nesta Assembleia e esperamos que a RDP ao fazer o balanço, hoje ou amanhã, dos trabalhos de hoje não se esqueça de referir que erguemos aqui a nossa voz para denunciar este escândalo. Estaremos atentos.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Castro Caldas (PSD): — Peço a palavra para prestar um curto esclarecimento, ao Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Castro Caldas (PSD): — Também ouvi o noticiário das 8 horas e devo dizer que não foram só as intervenções do Partido Comunista que foram omitidas. Foram também omitidas intervenções de outras bancadas.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Não foram, não, e aí é que está!...

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Creio que o Sr. Deputado Castro Caldas, provavelmente, não esteve com atenção ao noticiário ou simplesmente não ouviu que foram explicitamente referidas as intervenções de outras bancadas produzidas ontem nesta Assembleia no período de antes da ordem do dia, designadamente da bancada do Partido Socialista e da bancada do CDS.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, terminou o período de antes da ordem do dia e entramos, portanto, no período da ordem do dia com a leitura de um pedido de inquérito apresentado pelo Partido Comunista Português.

Foi lido. É o seguinte:

Inquérito parlamentar sobre o processo de importação da batata de semente para a campanha de 1978-1979

Perante o escândalo da importação e distribuição da batata de semente para a campanha de 1978-1979 e as graves implicações desse processo para os agricultores e a agricultura portugueses, o Grupo Parlamentar do PCP propôs em 15 de Março de 1979 que tais factos fossem objecto de inquérito parlamentar.

No seguimento da aprovação unânime dessa proposta pela Assembleia da República, foi constituída a respectiva comissão de inquérito, que, no entanto, não pôde atingir os seus objectivos por força do termo dos trabalhos parlamentares, mau grado estarem muito próximos da sua conclusão útil, conforme consta do relatório apresentado em 26 de Julho de 1979 ao Plenário.

Face ao interesse de que se reveste a conclusão daquele inquérito sobre matéria, que anualmente se tem mostrado da maior acuidade, com vista a corrigir a actuação futura da Administração Pública, o Grupo Parlamentar do PCP apresenta o seguinte:

Projecto de resolução

Ao abrigo do disposto nos artigos 1.º e 2.º da Lei n.º 43/77, de 18 de Junho, e demais legislação aplicável, a Assembleia da República resolve constituir uma comissão de inquérito parlamentar com o objectivo de averiguar sobre o processo de importação de batata de semente para a campanha de 1978-1979.

Assim, requeremos a V. Ex.ª se digne mandar publicar o presente requerimento, nos termos e para os efeitos do artigo 220.º do Regimento.

Os Deputados do PCP: *Carlos Brito — Vital Moreira — Vítor Louro — Joaquim António Miranda da Silva — Álvaro Favas Brasileiro — Josefina Maria Andrade — Hélder Simão Pinheiro — António Mota.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, como sabem, nos termos do artigo 220.º do Regimento, a Assembleia pronunciar-se-á sobre este pedido de inquérito até ao trigéssimo dia posterior à sua publicação no *Diário da Assembleia da República*.

Deram ainda entrada na Mesa dois pedidos de autorização: um do Serviço de Coordenação da Extinção da PIDE/DGS e LP, para que o Sr. Deputado Medeiros Ferreira seja ouvido como declarante, no próximo dia 11 de Fevereiro, e embora ele não esteja presente tomou já conhecimento, a avaliar pelos documentos juntos; outro do Tribunal Judicial de Cascais, para que o Sr. Deputado Barrilero Ruas compareça naquele Tribunal no próximo dia 29, pelas 10 horas.

Se não houver qualquer oposição da Câmara, consideram-se autorizados.

Pausa.

Passemos agora à apreciação do I e II orçamentos suplementares da Assembleia da República que, como sabem, foram publicados, respectivamente, em 14 e 28 de Dezembro de 1979, no *Diário da Assembleia da República*, 2.ª série.

Estão em discussão.

Pausa.

Como não há qualquer intervenção, vamos votar o I e II orçamentos suplementares da Assembleia da República em conjunto, quer na generalidade, quer na especialidade.

Submetidos à votação, foram aprovados, com votos a favor do PSD, do PS, do PCP, do CDS, do MDP/ICDE e da UDP e as abstenções do PPM e da Sr.ª Deputada Adelaide Paiva (PSD).

Entretanto, havia tomado lugar na bancada do Governo o Sr. Ministro do Comércio e Turismo (Basílio Horta).

O Sr. **Presidente**: — Passamos à discussão do pedido de urgência para apreciação de proposta de lei n.º 278/I, que concede ao Governo autorização para elaborar normas penais e de processo penal relativamente a actividades delituosas contra a economia nacional. Consta também deste pedido de urgência a dispensa do exame em comissão, solicitada pelo Governo através de ofício que chegou há pouco à Mesa.

Tem a palavra o Sr. Ministro do Comércio e Turismo.

O Sr. **Ministro do Comércio e Turismo** (Basílio Horta): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se a Câmara tiver alguma dúvida sobre o pedido apresentado pelo Governo, terei muito gosto em prestar os esclarecimentos adequados.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, visto não haver oradores inscritos, vai proceder-se à votação do pedido de urgência, para a apreciação da proposta de lei n.º 278/I, bem como para a dispensa de exame em comissão, solicitado pelo Governo. Quanto ao mais, aplicar-se-á a regra supletiva do artigo 246.º do Regimento.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

O Sr. **Carlos Lage** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PS votou este pedido de urgência e o respectivo processo, tal como tem sido tradição nesta Assembleia. Como é evidente, não nos pronunciámos sobre o fundo da proposta de lei, que aliás desconhecemos.

O nosso voto foi no sentido de acelerar um processo que, como já acontecia nas sessões legislativas que antecederam esta, era corrente sancionar-se.

O Sr. **Presidente**: — Também para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. **Vital Moreira** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Foi tradicional nas anteriores sessões legislativas aprovarem-se os pedidos de urgência. Pela nossa parte não vimos, por enquanto, razões para alterar essa posição. Inclusive, tratava-se de uma matéria que provadamente exige uma urgência de regulamentação, seja por via de decreto-lei autorizando, seja por via de lei.

Recordo que esta matéria já foi objecto de uma autorização legislativa, por acaso a este mesmo Ministro, em 16 de Janeiro de 1978. Nessa altura aprovou-se uma lei de autorização com os votos de todos os grupos parlamentares, excepto do Grupo Parlamentar do PSD. Entretanto, passou-se mais de um ano e meio. É pena que a matéria ainda não tenha sido objecto da respectiva regulamentação.

O nosso voto na matéria da urgência não implica qualquer pré-julgamento sobre a própria autorização legislativa em si mesma ou quanto à oportunidade de se legislar sobre esta matéria por decreto-lei ou por lei desta Assembleia.

Entretanto, gostaríamos desde já de perguntar, através do Sr. Ministro do Comércio e Turismo, se o Governo se encontra em condições de cumprir outra das praxes parlamentares felizmente criadas na Assembleia anterior, isto é, se o Governo tenciona fornecer à Assembleia, seja em anteprojecto, seja numa declaração de intenções o mais detalhada possível, uma ideia sobre aquilo que pretence fazer com a autorização que lhe venha a ser concedida.

Seria conveniente que também aqui o Governo correspondesse a uma praxe parlamentar que consideramos positiva e que não vemos razão para que não continue a ser seguida.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Comércio e Turismo.

O Sr. **Ministro do Comércio e Turismo**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Queria apenas esclarecer a Câmara de que o Governo já se encontra preparado neste momento para esclarecer e enunciar as grandes linhas de orientação a que irá obedecer o decreto-lei que se propõe elaborar.

Contudo, não as tornaremos públicas neste momento unicamente porque a discussão que aqui está a ter lugar é sobre a urgência da discussão do diploma e não sobre o seu fundo.

O Governo está à disposição da Câmara e das comissões parlamentares respectivas para discutir as linhas orientadoras do diploma que se propõe legislar.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, passo a anunciar a ordem de trabalhos para a sessão da próxima terça-feira, pelas 15 horas: ratificação n.º 164/I, relativa ao Decreto-Lei n.º 439/78, de 30 de Setembro, que cria a empresa pública denominada Metropolitano de Lisboa; ratificação n.º 178/I, relativa ao Decreto-Lei n.º 53/79, de 24 de Março, que comete aos Governos Cívicos de Lisboa e Porto o pagamento das despesas de instalação e funcionamento dos bairros referidos no n.º 1 do artigo 1.º do Código Administrativo, bem como a satisfação dos encargos com o pessoal dos mesmos bairros; ratificação n.º 179/I, relativa ao Decreto-Lei n.º 58/79, de 29 de Março, que cria os gabinetes de apoio técnico; finalmente, a ratificação n.º 166/I, relativa ao Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Dezembro, que aprova o Estatuto da Carreira Docente Universitária.

Está encerrada a sessão.

Eram 12 horas.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social-Democrata (PSD)

Dinah Serrão Alhandra.

Fernando José da Costa.

João Baptista Machado.

João Vasco da Luz Botelho de Paiva.

José Ângelo Ferreira Correia.

José da Assunção Marques.
 José Manuel Meneres Sampaio Pimentel.
 Manuel Luís Fernandes Malaquias.
 Maria Helena do Rego da C. Salema Roseta.

Partido Socialista (PS)

Alberto Arons Braga de Carvalho.
 Amadeu da Silva Cruz.
 António Chaves Medeiros.
 António Fernandes da Fonseca.
 António Francisco Barroso Sousa Gomes.
 António Manuel Maldonado Gómelha.
 Aquilino Ribeiro Machado.
 Armando dos Santos Lopes.
 Carlos Alberto Costa de Sousa.
 Fernando Luís de A. Torres Marinho.
 Francisco de Almeida Salgado Zenha.
 Francisco Manuel Marcelo M. Cunto.
 Herculano Rodrigues Pires.
 João Alfredo Félix Vieira Lima.
 José Manuel Niza Antunes.
 José Maximiano de A. Almeida Leitão.
 Luís Abílio Conceição Cacito.
 Maria Teresa V. Bastos Ramos Ambrósio.
 Rodolfo Alexandrino Susano Crespo.

Partido Comunista Português (PCP)

António Marques Pedrosa.
 Rosa Maria Reis A. Brandão Represas.

Centro Democrático Social (CDS)

Eduardo Leal Loureiro.
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
 Eugénio Maria Anacoreta Correia.
 Henrique José C. de Meneses P. Moraes.
 Henrique Manuel Soares Cruz.
 João da Silva Mendes Morgado.
 Luís Carlos C. Veloso de Sampaio.
 Maria José Paulo Sampaio.
 Narana Sinai Coissoró.
 Rui Eduardo F. Rodrigues Pena.

Partido Socialista (PS)

Albano Pereira da Cunha Pina.
 Alberto Marques Antunes.
 António Duarte Arnaut.
 António José Sanches Esteves.
 António Manuel de Oliveira Guterres.
 Gualter Viriato Nunes Basílio.
 Jaime José Matos da Gama.
 João Cardona Gomes Cravinho.
 João Joaquim Gomes.
 José Luís do Amaral Nunes.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Luís Filipe Nascimento Madeira.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel António dos Santos.
 Manuel Francisco da Costa.
 Maria de Jesus Simões Barroso Soares.
 Mário Alberto Nobre Lopes Soares.
 Victor Manuel Ribeiro Constâncio.

Partido Comunista Português (PCP)

Alvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 Alvaro Barreirinhas Cunhal.
 Ângelo Matos Mendes Veloso.
 António Dias Lourenço da Silva.
 António Joaquim Gervásio.
 António da Silva Mota.
 Carlos Alberto do Vale G. Carvalhas.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Carlos Campos Rodrigues da Costa.
 Carlos H. Saavedra de Aboim Inglês.
 Dinis Fernandes Miranda.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.
 Francisco Miguel Duarte.
 Jaime dos Santos Serra.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 José Ernesto I. Leão de Oliveira.
 José Manuel Aranha Figueiredo.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

Centro Democrático Social (CDS)

Américo Maria Coelho Gomes de Sá.
 Francisco António Lucas Pires.
 Francisco Manuel Lopes V. O. Dias.
 João Gomes de Abreu de Lima.
 José Manuel Rodrigues Casqueiro.
 Luís Eduardo da Silva Barbosa.
 Maria Tabita L. F. Mendes Soares.
 Nuno Kruz Abecasis.
 Ruy Garcia de Oliveira.

O REDACTOR PRINCIPAL, *Manuel Adolfo de Vasconcelos*.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social-Democrata (PSD)

Alcino Cabral Barreto.
 Amélia Cavaleiro M. de Andrade de Azevedo.
 António Maria de O. Ourique Mendes.
 Carlos Matos Chaves de Macedo.
 Fernando José Sequeira Roriz.
 Francisco José de Sousa Tavares.
 Joaquim Manuel Cabrita Neto.
 José Manuel Cochofel da Silva.
 José Manuel Medeiros Ferreira.
 Leonardo Eugénio R. Ribeiro de Almeida.
 Mário Júlio Montalvão Machado.
 Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.

PREÇO DESTE NÚMERO 14\$00

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA